

Título: A Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica dos Moradores de Campo Grande, Rio de Janeiro, e a (I)mobilidade Urbana como um Estudo de Campo aos Alunos

Autor: Ciça Kaline Cruz Rosa, Formada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), com Licenciatura em Geografia pela Universidade Cidade Verde (UniCV), Mestre em Urbanismo pelo Programa de Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes (PET-COPPE/UFRJ)

E-mail: cica.kaline@pet.coppe.ufrj.br.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a Educação das Relações Étnico-Raciais na educação básica dos moradores de Campo Grande, Rio de Janeiro, e sua interseção com a (i)mobilidade urbana no currículo das escolas, fazendo assim com que haja aulas de campo para os estudantes e o senso crítico dos mesmos a partir da aula-campo. A pesquisa destaca como metodologia o estudo dos desafios da implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da geografia, da história e da cultura afro-brasileira, e aponta como a precariedade do transporte impacta o acesso à educação e a permanência dos alunos. Propõe-se ainda que a mobilidade urbana como um estudo de campo, utilizando assim as metodologias de mapeamento de deslocamentos e a cartografia digital em conjunto com os alunos para uma maior reflexão dos mesmos. Com isso, é possível chegar a uma conclusão de que a articulação entre educação étnico-racial e mobilidade amplia a consciência crítica dos estudantes sobre desigualdades socioespaciais e raciais, promovendo reflexões para transformações sociais.

Palavras-Chave: Educação das Relações Étnico-Raciais na educação básica; Campo Grande; Direito à Cidade; (I)mobilidade Urbana; Desigualdades Socioespaciais.



Abstract


This article aims to analyze Ethnic-Racial Relations Education in basic education for residents of Campo Grande, Rio de Janeiro, and its intersection with (im)mobility in the urban curriculum of schools, thereby providing field lessons for students and developing their critical thinking through field-based teaching. The research highlights the methodology of studying the challenges of implementing Law 10.639/03, which mandates the teaching of Afro-Brazilian geography, history, and culture, and shows how the precariousness of transportation impacts access to education and student retention. It also proposes that urban mobility be studied through fieldwork, using displacement mapping methodologies and digital cartography in collaboration with students to foster greater reflection. Thus, it can be concluded that the connection between ethnic-racial education and mobility enhances students' critical awareness of socio-spatial and racial inequalities, promoting reflections for social transformations.


Keywords: Ethnic-Racial Relations Education in B

1. Introdução

A educação das relações étnico-raciais é uma ferramenta de construção para uma sociedade mais justa e igualitária, pois assim permite o reconhecimento e a valorização da história e cultura afro-brasileira. Segundo Gomes (2005), a valorização da identidade negra na escola é essencial para a promoção da equidade racial, combatendo o racismo estrutural presente na sociedade brasileira atualmente. Com a implementação da Lei 10.639/03 que representou um marco neste processo de ensino da história, da geografia e da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, é determinada a obrigatoriedade da mesma nos currículos das disciplinas citadas acima.

De acordo com Cavalleiro (2001), a escola tem um papel central na desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais e socioespaciais, promovendo assim uma educação que busque valorizar a diversidade étnico-racial como elemento constitutivo da identidade nacional. Com isso, no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, essa abordagem na educação básica ganha ainda mais






relevância, pois se trata de uma região marcada por uma grande população negra e periférica, que historicamente enfrenta desigualdades sociais e econômicas.


Conforme Ribeiro e Santos Junior (1994), a segregação socioespacial nas cidades brasileiras resulta em barreiras que limitam o acesso da população negra e periférica a direitos básicos, como a educação e a mobilidade urbana, reforçando assim as desigualdades estruturais dentro do bairro. Portanto, a falta de infraestrutura adequada e os desafios da mobilidade urbana na região impactam diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes negros e periféricos.

Conforme afirma Oliveira (2016), o direito à educação não pode ser dissociado do direito à cidade, pois as dificuldades de deslocamento entre periferias e centros urbanos afetam a permanência escolar e a inserção social de jovens negros e periféricos e o censo de não pertencimento dos mesmos ao bairro em destaque a ser estudado e discutido.

A Lei 10.639/03 é um marco na educação brasileira, pois busca corrigir a invisibilização da história e cultura afro-brasileira, além da população periférica no currículo escolar. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, como a falta de formação docente e de materiais adequados. De acordo com Gomes (2017), a implementação da Lei 10.639/03 exige não apenas mudanças curriculares, mas também uma revisão estrutural do ensino, incluindo a capacitação dos professores para lidar com a temática de maneira crítica e contextualizada.

Em Campo Grande, assim como em outras periferias urbanas, a resistência à efetivação da Lei é um reflexo do racismo estrutural presente na sociedade. Segundo Munanga (2003), o ensino da história afro-brasileira e africana enfrenta resistência porque questiona a hegemonia de uma narrativa eurocêntrica e desafia os privilégios de grupos dominantes. Apesar desses desafios, diversas iniciativas pedagógicas vêm sendo implementadas para ampliar o debate racial na educação, como projetos escolares, eventos culturais e atividades interdisciplinares. As visitas de campo são uma estratégia didática fundamental para contextualizar o ensino da história e geografia da população negra e periférica. Conforme Oliveira e Candau (2010), a





educação intercultural crítica propõe práticas pedagógicas que valorizam as experiências dos sujeitos e promovem reflexões sobre desigualdades sociais e raciais.


A imobilidade urbana, fenômeno que afeta diretamente os moradores de Campo Grande, também impacta a implementação da Lei 10.639/03 e o acesso à educação. A dificuldade de deslocamento reforça desigualdades socioespaciais e limita a participação dos alunos em atividades escolares. Como destaca Santos (2020), a segregação territorial nas metrópoles brasileiras reflete um modelo de cidade excludente, onde populações periféricas enfrentam barreiras à mobilidade que comprometem seu direito à educação, saúde e cultura.


O longo tempo de deslocamento, a precariedade do transporte e os altos custos tarifários são questões que evidenciam a desigualdade territorial. Para Ribeiro e Santos Junior (1994), a estrutura das cidades brasileiras aprofunda a segregação socioespacial, isolando as periferias dos centros urbanos e dificultando o acesso da população negra e pobre a direitos fundamentais.

2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando técnicas de investigação empírica e análise crítica, permitindo uma compreensão aprofundada das dinâmicas de mobilidade urbana e desigualdade socioespacial no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. De acordo com Harvey (2014), a organização do espaço urbano reflete relações de poder e reprodução das desigualdades sociais, o que torna essencial o estudo da mobilidade como um elemento estruturante das oportunidades e do acesso aos direitos na cidade. O estudo de campo será desenvolvido com alunos da educação básica, buscando relacionar sua vivência cotidiana com os desafios impostos pela precariedade da infraestrutura de transporte e pelas dificuldades de deslocamento.

Inicialmente, os alunos realizarão um diagnóstico da mobilidade urbana em Campo Grande, registrando seus trajetos diários até a escola, identificando os meios de transporte utilizados, o tempo gasto e as dificuldades enfrentadas. Para isso, serão utilizados formulários estruturados e mapas baseados em tecnologias de







georreferenciamento, permitindo visualizar as desigualdades espaciais na distribuição da infraestrutura urbana. Como aponta Lefebvre (2001), o espaço não é neutro, mas produzido socialmente, e sua organização reflete dinâmicas de exclusão e segregação. Paralelamente, será feita uma análise da rede de transporte público disponível no bairro, incluindo ônibus, trens e alternativas de mobilidade ativa, como caminhadas e bicicletas.

Com o objetivo de entender a experiência cotidiana dos moradores, serão aplicadas técnicas de pesquisa qualitativa, como entrevistas com familiares, vizinhos e trabalhadores locais. O método de análise de conteúdo permitirá identificar padrões e recorrências nos relatos, evidenciando como a precariedade dos transportes impacta o cotidiano da população. Além disso, durante uma semana, os alunos manterão diários de mobilidade, registrando desafios enfrentados, custos do transporte, tempo de deslocamento e os efeitos desse processo em sua rotina escolar. Como apontam Soja (2010) e Holston (2013), a segregação espacial nas metrópoles brasileiras não é apenas um reflexo das desigualdades econômicas, mas uma estratégia de controle do acesso a bens e serviços urbanos.

Para ampliar a compreensão sobre as desigualdades espaciais e raciais na cidade, serão realizadas análises comparativas entre Campo Grande e outras regiões do Rio de Janeiro. Os alunos compararão mapas de infraestrutura de transporte utilizando ferramentas como Google Maps, IBGE Cidades e dados do Instituto Pereira Passos, possibilitando visualizar disparidades na oferta de serviços e na conectividade urbana. Complementarmente, a análise de dados secundários de fontes como IBGE, INEP e órgãos municipais permitirá verificar relações entre mobilidade, renda e escolaridade, evidenciando o caráter estrutural da segregação socioespacial. Segundo Ribeiro e Santos Júnior (1994), a exclusão territorial das periferias urbanas se reflete na dificuldade de acesso ao trabalho, à educação e a serviços essenciais, reforçando desigualdades históricas.

Os estudantes serão incentivados a sistematizar suas descobertas por meio da produção de relatórios detalhados, que incluirão gráficos, mapas e análises qualitativas das entrevistas. As conclusões serão debatidas em apresentações na






comunidade escolar, fomentando reflexões sobre mobilidade urbana e desigualdade racial. A partir dos dados coletados, os alunos poderão propor políticas públicas para melhorar o transporte local, considerando a perspectiva da equidade territorial e o direito à cidade, conceito trabalhado por autores como Lefebvre (2001) e Rolnik (2019).

O uso de tecnologias e cartografia digital será um elemento-chave na pesquisa, pois permitirá que os estudantes visualizem espacialmente a distribuição dos serviços e a desigualdade de acesso ao transporte. Aplicativos de georreferenciamento, como Google My Maps e QGIS, serão utilizados para a criação de mapas interativos, enquanto plataformas de dados abertos, como o Instituto Pereira Passos e o IBGE, fornecerão insumos para as análises quantitativas.

A interseccionalidade entre mobilidade urbana e relações étnico-raciais será um eixo central da pesquisa, uma vez que a distribuição desigual da infraestrutura de transporte e as dificuldades de deslocamento afetam, majoritariamente, as populações negras e periféricas. Como destaca Santos (2009), a segregação socioespacial nas cidades brasileiras reflete dinâmicas históricas de exclusão da população negra e periférica. Nesse sentido, compreender a mobilidade urbana a partir de uma perspectiva étnico-racial permitirá que os estudantes reflitam sobre as desigualdades estruturais da cidade e sua reprodução cotidiana.

A abordagem metodológica proposta busca integrar a experiência cotidiana dos alunos com um olhar crítico sobre a organização do espaço urbano. O estudo de campo se apresenta como uma ferramenta pedagógica que fortalece a compreensão dos estudantes sobre sua realidade, incentivando a participação cidadã e o engajamento em debates sobre políticas públicas. Como defende Freire (1987), a educação deve ser libertadora e possibilitar que os sujeitos compreendam e transformem sua própria realidade. Dessa forma, a proposta permite que os alunos não apenas analisem a mobilidade urbana em Campo Grande, mas também desenvolvam estratégias para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades territoriais e raciais, reforçando seu protagonismo na luta pelo direito à cidade.



3. Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa confirmam que a mobilidade urbana é um fator determinante para a reprodução das desigualdades socioespaciais, afetando de forma desproporcional a população periférica e negra. A utilização de métodos qualitativos e quantitativos permitiu compreender não apenas os padrões de deslocamento, mas também os impactos subjetivos da precariedade da infraestrutura urbana.

Como discutido por Freire (1987), a educação deve ser um processo emancipador, permitindo que os sujeitos compreendam criticamente sua realidade e atuem para transformá-la. Nesse sentido, o estudo de campo proposto não apenas forneceu uma análise detalhada sobre a mobilidade em Campo Grande, mas também estimulou a formação de uma consciência cidadã nos estudantes envolvidos, incentivando a participação ativa na busca por soluções para sua comunidade.

4. Conclusão

A pesquisa analisou a mobilidade urbana em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, destacando como a precariedade da infraestrutura de transporte agrava a desigualdade socioespacial na região. Por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, e com a participação de alunos da educação básica, o estudo revelou as disparidades no acesso ao transporte e os impactos na vida cotidiana dos moradores. Utilizando tecnologias de georreferenciamento, os alunos identificaram desigualdades espaciais e contribuíram para a reflexão sobre a organização urbana. A pesquisa evidenciou que a segregação espacial está ligada a desigualdades históricas e raciais, impactando mais intensamente as populações periféricas e negras. As propostas de políticas públicas dos alunos visam promover uma mobilidade mais inclusiva, alinhada ao direito à cidade. A metodologia aplicada reforçou a importância da educação crítica, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados na transformação social e na construção de uma cidade mais justa.

5. Referências

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. *A construção do outro na escola: diferença, identidade e desigualdade na educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *Políticas de promoção da igualdade racial na educação: reflexões sobre os desafios e perspectivas da Lei 10.639/03*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia da Costa. *Educação e mobilidade urbana: desafios para a juventude negra periférica no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

OLIVEIRA, Marta Maria Chagas de; CANDAU, Vera Maria. *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da USP, 2020.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOJA, E. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

